

RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.029 - PR (2018/0243854-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123
ADVOGADOS : MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA -
PR027109
SILVIA LETICIA VALENTINI - PR058797
LEONARDO WILLIAM DOMINGUES - PR081775
RECORRIDO : BRAULIO RODRIGUES DE FIGUEIREDO FILHO
ADVOGADO : GUSTAVO VELOSO COSTA - PR060786
INTERES. : BRÁLIO RODRIGUES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de execução de título extrajudicial (nota promissória).
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL SA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: execução de título extrajudicial (nota promissória), ajuizada pelo recorrente, em face de BRAULIO RODRIGUES DE FIGUEIREDO FILHO, na qual pretende o recebimento de R\$ 2.028,24 (dois mil, vinte e oito reais e vinte e quatro centavos).

Sentença: extinguiu o processo, com resolução do mérito, nos termos dos arts. 487, II, do CPC/15, em virtude do reconhecimento da prescrição intercorrente.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelo recorrente.

Recurso especial: argumenta que não há que se falar em inércia do recorrente. Insurge-se contra o reconhecimento da prescrição intercorrente.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: CPC/15.

- Da fundamentação deficiente

O recurso especial foi interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional (e-STJ fl. 695). O recorrente, contudo, não colacionou qualquer acórdão para comprovar a ocorrência do dissídio.

De outro turno, ainda que o recurso especial tivesse sido interposto também com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, nota-se que o recorrente apenas mencionou o art. 791, III, do CPC/73, sem contudo alegar que o referido dispositivo legal teria sido violado e demonstrar em que consistiria a violação.

Por conseguinte, a deficiência na fundamentação recursal inviabiliza a compreensão da controvérsia posta nos autos.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora